

Maravilha/SC, 11 de janeiro de 2015.

NOME		Nº DE INSCRIÇÃO	
------	--	-----------------	--

**CARGO: ADVOGADO****Orientações:**

1. A prova escrita tem início às 09h e término às 12h.
2. A prova conta com 5 questões de Conhecimentos Gerais e Atualidades, 5 questões de Língua Portuguesa e 10 questões de Conhecimentos Específicos, com questões objetivas do tipo múltipla-escolha, subdividida em 4 (quatro) alternativas: A), B), C), D). Dessas alternativas, somente UMA deverá ser assinalada como correta.
3. O candidato deverá apor no CARTÃO-RESPOSTA as suas respostas por questão na ordem de 01 a 20, marcando a alternativa correta com um "X", sendo desconsiderado qualquer outro tipo de marcação.
4. A prova deverá ser respondida com caneta esferográfica preta ou azul.
5. À prova será atribuída pontuação de 0 a 6. Cada questão corresponderá a 0,3 cada uma.
6. Será atribuída pontuação 0 (zero) à questão da prova escrita:
  - a) cuja(s) resposta(s) no cartão-resposta não corresponda(m) ao Gabarito Oficial do Processo Seletivo;
  - b) quando a(s) resposta(s) no cartão-resposta contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
  - c) que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada ao cartão-resposta;
  - d) que não estiver(em) assinalada(s) no cartão-resposta;
  - e) cuja(s) resposta(s) for(em) preenchida(s) fora das especificações do cartão-resposta, ou seja, preenchida(s) com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de azul ou preta, ou ainda, com marcação diferente da indicada;
  - f) quando a(s) resposta(s) no cartão-resposta não forem assinaladas com um "X", ainda que legível(is);
  - g) quando o candidato não colocar seu nome (assinatura) no cartão-resposta.
7. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:
  - a) For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outros candidatos.
  - b) For descortês para com qualquer dos fiscais executores e seus auxiliares ou autoridades presentes.
  - c) Não devolver o caderno de questões antes de sair da sala de provas.
  - d) Estiver fazendo qualquer tipo de consulta ou uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico, como calculadora, celular e similares.
8. Em hipótese alguma, o candidato poderá sair da sala de prova com qualquer material referente à prova. Sendo que, o candidato, ao terminar a prova escrita, devolverá ao fiscal de sala o caderno de questões e o cartão-resposta.
9. Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita após 30 (trinta) minutos do seu início.
10. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.
11. Não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas.
12. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala, somente poderão retirar-se da sala de forma simultânea após a assinatura da ata, na qual será registrada quais candidatos estão ausentes e quais entregaram o gabarito oficial sem assinalar as respostas (ou seja em branco), e após o lacre dos envelopes com as provas, comprovando a regularidade da aplicação.
13. O cartão resposta será o único documento válido para a correção das provas.

Boa prova!

**CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES**

01. A Petrobrás é uma empresa cujo acionista majoritário é o Governo Brasileiro (União). É uma empresa estatal de economia mista que opera no segmento de energia, nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo, gás natural e seus derivados. Atualmente a Petrobrás está sendo investigada por suspeitas de irregularidades e os escândalos de corrupção estão repercutindo no mundo todo. Qual é o nome do (a) atual Presidente da Petrobrás:

- A) João Vaccari Neto
- B) Venina Velosa da Fonseca
- C) Maria das Graças Foster
- D) Sérgio Gabrielli

02. De 1912 a 1916 ocorreu no Brasil um conflito armado travado entre a população cabocla e representantes do poder estadual e federal. Foi uma das mais sangrentas guerras e foi disputada pelos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Essa disputa aconteceu numa região rica em erva-mate e madeira. Trata-se da:

- A) Guerra dos Canudos
- B) Guerra do Contestado
- C) Guerra dos Farrapos
- D) Revolta da Armada

03. A bandeira do município de Maravilha é de autoria do historiador Francisco Gialdi e foi oficializada pela Lei n. 959 de 30/10/1984. O fundo branco simbolizando a paz e a ordem, as faixas verde e amarela simbolizam a incorporação nacional, um avião vermelho alçando voo, representando Maravilha destinada a sempre subir mais alto, o corpo do avião formado por dois círculos (amarelo e azul juntos resultando no verde) simbolizam a diversidade na unidade, porém com um único ideal. Esse ideal é:



- A) riqueza, ordem e desenvolvimento
- B) progresso, crescimento e desenvolvimento
- C) riqueza, crescimento e acessibilidade
- D) progresso, visibilidade e notoriedade política

04. A Roda de Capoeira, prática afro-brasileira que mistura luta e dança, é uma das manifestações mais conhecidas no Brasil e difundidas pelo mundo. Em 2014 recebeu um título concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Esse título é de:

- A) Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade
- B) Patrimônio Histórico da Bahia
- C) Patrimônio Natural do Brasil
- D) Patrimônio Artístico da Bahia

05. Do velho município de Chapecó quando colonizado em 1942, o pequeno povoado recebeu o nome graças à expressão “*Que Maravilha!*”. Os maravilhenses costumam contar que alguns caçadores vindos do Rio Grande do Sul, ao chegarem ao alto do morro, olharam a paisagem, com a copada dos pinhais na planície e exclamaram: “*Que Maravilha!*”. Antes de o nome Maravilha ser oficializado, chamavam a área de:

- A) Cabeceira do Rio Iracema ou Mancha dos Pinhais
- B) Iracema ou Mancha dos Pinhais
- C) Rio Maravilha ou Mancha dos Pinhais
- D) Floresta dos Pinhais ou Mancha dos Pinhais

### LÍNGUA PORTUGUESA

06. De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss, a separação silábica de todas as palavras está correta em apenas uma alternativa. Assinale-a:

- A) praia (pra.i.a); neolatino (neo.la.ti.no); nióbio (ni.ó.bio).
- B) litania (li.ta.ni.a); litorâneo (li.to.rã.ne.o); audacioso (au.da.cio.so).
- C) atrofia (a.tro.fi.a); abrupto (ab.rup.to); abreugrafia (a.breu.gra.fi.a).
- D) padiola (pa.dio.la); paio (pa.i.o); ideia (i.de.ia).

07. Apenas uma alternativa não apresenta palavras grafadas corretamente, assinale-a:

- A) Jus. Cós. Herege. Tigela. Berinjela.
- B) Pechincha. Praxe. Caxumba. Profetizar. Chuchu.
- C) Represa. Hesitar. Exceção. Excesso. Cafajeste.
- D) Privilégio. Meritíssimo. Empecílio. Inchar. Suscinta.

08. Conforme o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, a palavra em que o hífen está empregado indevidamente aparece na alternativa:

- A) Bem-vindo.
- B) Ano-novo.
- C) Banana-caturra.
- D) Chapéu-do-capitão.

### RECONCILIANDO-SE COM O PRÓPRIO CORPO

1	Pratico exercícios desde sempre. Já dancei jazz, nadei, joguei vôlei, fiz aeróbica,
2	musculação, mas nada disso me tornou uma amante da vida esportiva. O que me
3	levava ____ essa movimentação intensa era a consciência de que manter uma
4	atividade física enrijece o corpo e oxigena a mente, então eu ia em frente sem pensar
5	em prazer. Era uma necessidade e pronto.
6	Aos poucos fui largando tudo e mantive apenas as caminhadas, essas, sim, não
7	apenas saudáveis, como prazerosas. Poderia passar o dia caminhando, não tivesse
8	que reservar um tempo para exercícios cerebrais, como trabalhar e fazer palavras
9	cruzadas.
10	Parecia tudo bem, até que uma médica me disse: caminhar é bom, mas não basta.
11	Está na hora de você suar o top. E me recomendou pilates.
12	Modismo, chatice, tédio. Todas essas ideias me passaram pela cabeça, mas sou
13	obediente, acato ordens, e me matriculei num pequeno estúdio _____ poucos passos
14	da minha casa, conduzido por um casal de instrutores. Fui cair na mão dos melhores,
15	posso apostar. Em três sessões, já percebia mudanças no meu corpo, na minha
16	postura.
17	Quanto ao tédio, bom, não ____ tédio na dor. ____ vezes, me sinto como se estivesse
18	treinando para me apresentar no Cirque du Soleil. Recebo ordens inimagináveis: grude
19	o umbigo nas costas, encolha as costelas, encoste o queixo no peito. Já houve caso de

20	instruírem um rapaz a contrair o útero! Dá vontade de rir, mas não convém, temos que
21	nos concentrar na respiração. Juro, com tudo isso, ainda pedem que a gente respire.
22	Então, de volta aos exercícios sem prazer?
23	Pois aí está a novidade: o prazer é de outra ordem. O pilates faz a gente mudar a
24	maneira de pensar o corpo, o que deve ser a razão do seu sucesso mundo afora. Ao
25	decidir praticar um exercício, muitas vezes ficamos condicionados aos benefícios
26	externos de se estar em forma: a saúde é uma boa desculpa, mas a vaidade é que nos
27	faz pagar _____ mensalidade da academia. Pois o pilates supera essa visão miúda,
28	adicionando à prática uma reflexão que vai muito além do desejo de ser admirado.
29	Quando somos adolescentes, sentimos nosso corpo como parte indissolúvel do nosso
30	ser. Porém, com o passar do tempo, acaba acontecendo uma dissociação _____
31	revelia, nosso corpo começa a nos abandonar, a nos deixar na mão. A pele vai se
32	soltando, os órgãos internos armam rebeliões, as articulações gritam, rangem, não me
33	peça para explicar, mas nosso corpo ganha vida própria, se emancipa e não nos escuta
34	mais.
35	O pilates é, antes de tudo, uma reconciliação com esse corpo que se tornou rebelde e
36	fúgido. Ele sempre esteve _____ nosso serviço, mas pouco estivemos a serviço dele.
37	Pois o pilates, feito um cupido, faz com que nós e nosso corpo passemos a nos
38	conhecer mais profundamente e a descobrir o que nem sabíamos um do outro, mesmo
39	com tantos anos de convívio.
40	Basicamente, pilates é o resgate do amor entre você e o que você traz dentro. Mesmo
41	que seja um útero que você nem tem. (MEDEIROS, Martha. <b>A graça da coisa</b> . 23 ed. Porto Alegre, 2014, p. 191-193. A omissão de palavras foi intencional para a formulação das questões).

09. Assinale a alternativa que preenche corretamente os espaços em branco no texto.

- A) a - a - há - Às - a - à - a.
- B) à - à - à - As - a - a - à.
- C) à - a - à - As - a - a - à.
- D) à - à - há - Às - a - à - à.

10. Das alternativas abaixo, apenas uma apresenta o uso da crase de forma facultativa.

- A) Todos os anos, assisto à programação de Natal. Isso sempre me emociona.
- B) Devolva à Mariana os livros que pedi emprestado.
- C) Sempre faço alusão às nossas brincadeiras de infância com saudade.
- D) Refiro-me à suas atitudes incoerentes.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Acerca do controle dos atos administrativos, pode-se afirmar que o ato editado com vício de legalidade

- A) não pode ser anulado pela Administração Pública acaso tenha ele produzido efeitos.
- B) somente pode ser anulado pela Administração Pública.
- C) pode ser anulado pela Administração Pública, bem como pelo Poder Judiciário.
- D) pode ser anulado pela Administração Pública após manifestação do Poder Judiciário.

12. O Prefeito do Município X foi eleito porque, segundo ele, sua base de campanha – criação de um Código Ambiental Municipal – foi muito bem aceita pelos eleitores, principalmente por defender a distância mínima de três metros para construção nas margens do rio que corta o centro da cidade – pois a metragem prevista em lei nacional é de quinze metros. No tocante a um eventual projeto-de-lei apresentado pelo Prefeito, na situação hipotética posta, a fim de criar o referido Código Ambiental Municipal, pode-se afirmar:

- A) não ser possível a criação deste “código”, a nível municipal, eis que a competência para tratar do assunto – preservação ambiental – é privativa da União.
- B) ser possível a criação do Código Ambiental Municipal, pois o Município possui competência para legislar sobre assuntos de interesse local e complementar a legislação federal e a estadual. A metragem a ser observada passaria a ser a prevista no Código Ambiental Municipal a ser criado (três metros), mesmo que inferior à metragem prevista na lei nacional (quinze metros), pois os Municípios possuem autonomia legislativa no pertinente.
- C) ser possível a criação do Código Ambiental Municipal, pois o Município possui competência concorrente para legislar acerca de preservação ambiental. A metragem a ser observada passaria a ser a prevista no Código Ambiental Municipal a ser criado (três metros), mesmo que inferior à metragem prevista na lei nacional (quinze metros), pois os Municípios possuem autonomia legislativa no pertinente.
- D) ser possível a criação do Código Ambiental Municipal, pois o Município possui competência concorrente para legislar acerca de preservação ambiental. Porém, como a metragem a ser prevista no Código Ambiental Municipal é inferior (três metros) à metragem prevista na lei nacional (quinze metros), há prevalência da norma federal sobre a municipal.

13. Sobre licitação é correto afirmar:

- A) é garantida por lei a participação de microempresas e empresas de pequeno porte em processos licitatórios, as quais, pelo princípio da isonomia, concorrem sem qualquer preferência, em igualdade de condições com os demais participantes.
- B) o rol de modalidades de licitações constante na lei é taxativa não podendo, o ente federado, conceber outras figuras ou combinar regras procedimentais.
- C) a alienação de bens imóveis da Administração somente pode ser realizada em favor de outro órgão ou entidade da Administração Pública, em vista da indisponibilidade dos bens públicos.
- D) exige a aquisição do edital, como condição para participação, pelos licitantes interessados.

14. O Prefeito do Município X, considerando a instalação de várias operadoras de telefonia fixa e móvel no Município, deseja criar uma espécie de, segundo ele, “taxa” a ser cobrada das operadoras, considerando-se as ligações telefônicas originadas no Município, independentemente do destino das mesmas. Segundo ele, poderia ser cobrada a referida “taxa” no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor de cada ligação telefônica, com o que faria novos investimentos em saúde e educação. No seu parecer, na condição de assessor jurídico do Município, constará:

- A) não haver qualquer limitação jurídica à criação da referida taxa, uma vez que a taxa é uma espécie de tributo que qualquer ente federado pode criar, desde que o faça por meio de lei.
- B) considerando o objetivo do tributo desejado (investimentos em saúde e educação), não poderá ser taxa, devendo ser contribuição social a ser criada por meio de lei complementar municipal.
- C) o referido tributo não poderá ser criado, pois o fato gerador – prestação de serviço de comunicação – pertence ao imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços, de competência dos Estados-Membros.
- D) ser desnecessária a criação de um novo tributo, eis que tal operação – prestação de serviço de comunicação – pode ser caracterizada como um novo fato gerador para o imposto sobre serviços de qualquer natureza.

15. É dispensável a licitação nas seguintes situações:

- I) venda de bem imóvel para outro órgão da Administração Pública, independentemente de qualquer outro requisito;
- II) guerra ou grave perturbação da ordem;
- III) contratação de serviços técnicos de treinamento de pessoal, com profissional de notória especialização;
- IV) não houver interessado na licitação anterior.

Está correto o que se afirma apenas nas assertivas

- A) I e III.  
B) II e III.  
C) I e IV.

D) II e IV.

16. Os moradores do Distrito X do Município Y, localizado na zona rural deste, consideram-se os fundadores do Município, pois a história conta que as primeiras famílias que ali se instalaram acabaram por organizar a localidade e, a partir do crescimento populacional, deram os primeiros passos à criação do Município na década de 40 do Século passado. Atualmente, o Distrito conta com aproximadamente dois mil moradores que, considerando-se esquecidos pelo poder municipal, desejam “separar-se” e criar um Município autônomo. O Prefeito do Município Y, diante dessa situação, consulta-o para saber sobre a possibilidade de emancipação do Distrito X. Na condição de assessor jurídico, seu parecer será no sentido de:

A) não ser possível a emancipação, uma vez que a criação de Município é vedada pela Constituição Federal.

B) ser possível a emancipação, desde que haja legislação municipal específica a tanto, lei esta que deverá ser em forma de lei complementar.

C) ser possível a emancipação, desde que, dentre outros requisitos, haja a divulgação de estudo de viabilidade municipal.

D) ser bastante difícil a emancipação, uma vez que à criação do Município deverá ter autorização expressa do Congresso Nacional.

17. Um determinado Município deflagrou processo licitatório para contratação de empresa capaz de construir-lhe um novo prédio escolar. Observados todos os requisitos jurídicos aplicáveis à espécie, determinada empresa sagrou-se vitoriosa e adjudicou o contrato, porém, não pôde dar início à obra no prazo estabelecido no edital por não ter, a administração municipal, entregue em tempo o local da obra. Diante dessa situação, apesar do descumprimento do prazo estipulado, a empresa contratada não será punida diante da ocorrência de:

A) fato da administração.

B) fato do príncipe.

C) força maior.

D) caso fortuito.

18. A localização do Município X é extrema: faz divisa com outro país e com outro Estado-Membro, sendo banhado pelo Rio Y, que divide os dois Estados-Membros e o país vizinho. Exatamente no leito desse rio, na porção que se encontra na zona limítrofe com o outro país, há uma pequena ilha fluvial, na qual o Prefeito desse Município X deseja construir uma estância de águas para explorar o turismo. Para tanto, pretende desapropriá-la. Na qualidade de assessor jurídico o Município X, o seu parecer acerca do projeto será:

A) favorável, eis que a ilha fluvial em questão é propriedade privada e, portanto, poderá ser desapropriada.

B) desfavorável, eis que a ilha fluvial em questão é bem público de propriedade da União.

C) desfavorável, eis que a ilha fluvial em questão é considerada bem público de propriedade dos dois Estados-Membros que se avizinham.

D) desfavorável, eis que a ilha fluvial em questão é considerada terra devoluta.

19. O Município X criou, por meio de lei, o cargo de “Advogado”. Esta mesma lei previu, também para este cargo, sua respectiva carreira e o cargo de confiança de “Advogado-Geral”, a ser ocupado preferencialmente por integrante da carreira, com a função de chefia do setor. Carlos foi nomeado “Advogado-Geral”, função esta exercida por longos anos. Quando da troca do Prefeito, Carlos restou exonerado da função. Sobre os cargos e funções de confiança é correto afirmar:

A) são de livre nomeação e exoneração, a critério da administração pública.

B) são acessíveis mediante concurso público de provas e de provas e títulos.

C) não possuem requisitos específicos para criação, exigindo apenas lei para tanto.

D) são acessíveis mediante processo seletivo simplificado, público.

20. O Prefeito do Município X apresenta-lhe projeto-de-lei de sua autoria pelo qual exige, para a criação de associações no âmbito municipal, de autorização do Prefeito. Justifica essa exigência no

intuito de coibir a criação de associações que lutem ou que se manifestem pela liberação do aborto ou da maconha, o que entende moralmente inaceitável e maléfico. Dentre os vários fundamentos jurídicos aplicáveis à espécie, você, na condição de assessor jurídico municipal:

A) manifesta-se concorde à proposta do Prefeito, pois entende que a criação de determinadas associações dependem de autorização do poder público e podem ter suas atividades suspensas por decisão administrativa.

B) manifesta-se pela modificação da proposta do Prefeito, no sentido de que à criação de associações não se pode exigir autorização do poder público, porém, mantém o artigo que prevê a suspensão das suas atividades por decisão administrativa.

C) manifesta-se pela modificação da proposta do Prefeito, mantendo o artigo que exige autorização do poder público para criação da associação, porém, fixando que a suspensão das suas atividades somente poderá ocorrer por decisão judicial transitada em julgado.

D) manifesta-se contrário à proposta do Prefeito, pois a criação de associações não depende de autorização do poder público e a suspensão de suas atividades somente poderá ocorrer por decisão judicial.